

ATA 12

Ao trigésimo primeiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte, reuniu-se pelas 21h, a Assembleia de Freguesia ordinária da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244. A mesma foi realizada sem público, cumprindo deste modo as orientações da Direção Geral da Saúde.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Almeida Praça, deu início à reunião pelas 21h 30 estando presentes:

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Carla Elisabett de Oliveira e Silva (RM)
- Alexandre Paulo da Silva e Sá (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa (RM)
- Nuno Filipe Teixeira da Cruz (RM)
- Gonçalo Soares Teixeira Norton Lages (RM)
- Virgínia Celina Braga Oliveira Sendino Cardoso Pinheiro (RM)
- Sofia Margarida Murta Alves (RM)
- José António da Silva Barradas (RM)
- Ana Reynolds de Magalhães A. C. Castro Saraiva (PSD)
- Maria Teresa de Mesquita Guimarães Osswald (PSD)
- Gustavo Marcos dos Santos Martins Coelho (PS)
- Marco Régis Lacomblez Leitão (PS)
- Albina Fernanda Monteiro Pacheco (PS)
- Maria Manuela Nunes Lopes G. de Brito Amorim (PS)
- António Oliveira Alves (CDU)
- Susana Salbany Constante Pereira (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- José Leandro Amaro da Veiga (RM), substituído por Sofia Margarida Murta Alves ;

- Cândida Paula Oliveira Freitas Silva Roseira (PS), substituída por Gustavo Marcos dos Santos Martins Coelho;
- Ana Elisa de Sousa Almeida (PS) – substituída por David dos Santos Ferreira (não compareceu);
- António Pedro Lima Sequeiras Magalhães Pinto (PS), substituído por Albina Fernando Monteiro Pacheco;
- Casimiro António Valente Calisto (CDU), substituído por Delfim Fernando Melo Ferreira de Sousa (não compareceu);

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente - Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário - Carla Elisabett de Oliveira e Silva
- 2ª Secretário - Alexandre Paulo da Silva e Sá

Presidente da Assembleia de Freguesia, cumprimentou todos os presentes e deu início à sessão com a leitura do edital. Interveio para ler um email dirigido pela Sra. Presidente da Junta, à sua pessoa, a informar que por motivos pessoais não poderia estar presente e solicitava a sua substituição, na sessão ordinária desta Assembleia de Freguesia, pela sua substituta legal, a Secretária do Executivo, Dra. Maria João Nunes. Foi apresentado um voto de pesar, pelo Partido Socialista e em seu nome e da mesa, associam-se a este voto.

Marco Leitão, PS, interveio para ler o voto de pesar “A senhora Margarida Flor Branca Oliveira, mãe da Dra. Paula Roseira, membro da Assembleia de Freguesia, faleceu no dia 25 de agosto de 2020, com 94 anos. Para além da sua atividade profissional, dedicou grande parte da sua vida, por um lado aos seus dois filhos, a Dra. Paula Roseira e o Dr. Ricardo Silva, Professor no ISCAP e, por outro lado, à Liga dos Amigos do Hospital de Santo António, tendo sido voluntária desde 1982 até março de 2020. Era recenseada nesta União de Freguesias e era, com efeito, uma mulher com qualidades humanas notáveis que respeitava e que gostava de ajudar as pessoas. Deste modo a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, reunida em sessão ordinária no dia 31 de agosto 2020, aprove um voto de pesar pelo falecimento da senhora Margarida Flor Branca Oliveira e assinala as suas qualidades humanas e um notável trabalho desenvolvido na Liga dos Amigos do Hospital de Santo António em prol das pessoas”. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia de Freguesia, propôs um minuto de silêncio em virtude do voto de pesar apresentado pela bancada do PS. No período antes da ordem do dia e ao abrigo da nova Lei, não pode existir público. De seguida informou a Assembleia de um email enviado pelo Bairro Marechal Gomes da Costa, uma Associação, recentemente constituída, o qual foi lido pelo segundo secretário da mesa.

Segundo Secretário da Mesa, Alexandre Sá, RM, interveio para ler o email da Associação: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, Dr. Mário Almeida Praça. Em nome da Associação dos Moradores do Bairro Marechal Gomes da Costa, venho por este meio chamar a atenção e pedir a intervenção da Junta de Freguesia, em vários assuntos que afetam o bem-estar de todos os moradores do Bairro Marechal Gomes da Costa e como não podemos estar presentes, devido às restrições do COVID, gostaríamos que o Dr. Mário Praça fosse a nossa voz na sessão Ordinária do dia trinta e um de agosto. Assuntos: segurança; nos últimos meses temos assistido a um aumento exponencial de assaltos, furtos às nossas casas, garagens e carros estacionados na rua, durante o dia e durante a noite. Os atos ocorrem na sua maioria, a partir das 16h e o facto de as casas terem alarme e ou câmaras de vigilância, não os demove, porque sabem que as leis vigentes os protegem. Todos os dias algum vizinho de porta foi assaltado. Antes da criação da Associação, notava-se que na maioria dos casos, as vítimas já raramente reportavam a ocorrência à PSP da Foz, por acharem uma perda de tempo, porque a PSP não pode fazer nada se o meliante não for apanhado em flagrante. Há uma total impunidade e estão a tornar-se mais perigosos. Acreditamos que não podemos baixar os braços e agora estamos a pedir a todos os moradores que façam sempre uma notificação, para que, pelo menos estatisticamente, a realidade que estamos a viver fique documentada e registada. Vê-se também que os turistas que vêm visitar Serralves, são alvos fáceis quase diários. Muitas vezes são os moradores que os ajudam a chamar a polícia e a fazer a notificação. Muitos dizem que nunca mais vêm ao Porto e vão passar a informação de que o Porto não é seguro aos seus amigos e familiares. O Porto depende largamente do turismo, e não se percebe, porque não há sinais nas ruas limítrofes, com indicações do parque de estacionamento de Serralves, para que pelo menos os turistas possam estar seguros. Temos meliantes dentro dos carros de binóculos a vigiarem os turistas para ver se deixam alguns bens na mala para atacarem de seguida. Pedimos por isso, à Senhora Dra. Sofia Maia, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, que peça à administração de Serralves que mude a forma como o seu parque de estacionamento é usado e pedimos que se coloque sinais na via pública que indiquem a localização do parque de estacionamento. Tivemos uma tentativa de atropelamento a vários moradores a vinte e oito de junho, por um toxicodependente que inclusivamente saiu do carro nu da cinta para baixo. Apresentamos queixa-crime e até hoje nunca mais soubemos nada do processo e o meliante continua a estacionar nas nossas ruas e a expor-se em público, sem consequências. É urgente dotar a PSP da Foz de mais meios e/ou colocar uma nova Delegação da PSP, no Bairro da Pasteleira, Pasteleira Nova ou Pinheiro Torres. Na falta de meios humanos, achamos urgente que se peça ao Ministério da Administração Interna, que permita a instalação de câmaras de vídeo vigilância e ou permita a

utilização de drones de modo a permitir gravar e identificar os meliantes, em flagrante delito; Ponto dois, sala de consumo assistido, antes da colocação de qualquer projeto piloto junto ao bairro Pinheiro Torres, gostaríamos de saber quais são as medidas que estão a implementar para controlar o número de toxicodependentes, de modo a evitar que haja uma deslocação de toxicodependentes de outras regiões para uma zona, muito importante para o turismo, devido ao Museu de Serralves, e, principalmente, uma zona tão próxima de escolas públicas e privadas. Qualquer ação que se tome tem de ter o objetivo de controlar e reduzir a venda e consumo na via pública. A Associação BMGC, não faz sentido criar estas salas, sem que haja um reforço policial na zona e uma proibição do consumo na via pública. Os turistas que vão a pé em direção ao rio, seguindo o Google Maps, ou outra app, pensando que estão numa zona bonita e segura, de repente veem-se no meio de uma das piores zonas de consumo do Porto. Ponto três: Desratização, os nossos jardins privados e públicos, principalmente, os canteiros no Largo Dom João III, Rua Duarte Lopes e casas abandonadas, estão infestados de ratazanas. Pedimos uma intervenção urgente já que se trata de um perigo para a saúde pública; Ponto quatro: segurança rodoviária, é urgente reduzir os acidentes nos cruzamentos da Rua Duarte Lopes com a Rua Padre Luís de Almeida e no cruzamento entre a Rua Dom Luís de Ataíde com a Rua Garcia da Orta, onde há acidentes com bastante frequência muitas vezes destruindo os muros das casas da esquina. Pinturas na estrada mostrando claramente quando não se tem prioridade, parece-nos uma solução fácil de implementar e não muito dispendiosa; Ponto cinco: iluminação da via pública no BMGC, recentemente, colocaram mais lampiões nas ruas do Bairro, para melhorar a iluminação na via pública o que era muito necessário. No entanto, não tiveram em conta a localização das árvores existentes, e como tal, alguns postes ficaram a um metro do tronco das árvores, ficando a luminária completamente envolvida pela copa das ditas árvores. Não há qualquer tipo de poda equilibrada que se possa fazer para desobstruir a luminária. O lampião tem que ser deslocado de modo a que fiquem a uma distância equidistante entre as árvores. Há vários lampiões que não funcionam: Largo Dom João III, três lampiões fundidos; Rua Gil Eanes um lampião fundido entre dois portões da escola francesa, Rua Dom João de Castro um lampião com avaria do cabo. Ponto seis: Papeleiras nos lampiões, as papeleiras dos lampiões foram retiradas e pedimos que as tornem a colocar. Fazem muita falta, principalmente para quem tem cães. Ponto sete: tem-se assistido a uma degradação dos nossos espaços verdes. As faixas centrais com relva/prado estão completamente secas. Há ou pode-se fazer algum furo de captação de água para que se possa instalar o sistema de rega automatizado? Foi preciso ligar para a Ecolinha para que viessem roçar os passeios que estavam cheios de infestantes com mais 50 cm de altura. Algumas árvores precisam de uma ligeira elevação das suas copas para que se possa passar nos passeios por baixo delas. Em nome da Associação, agradeço, antecipadamente, o vosso apoio para a resolução destes problemas.

Com os melhores cumprimentos, Cristina Costa Reis Watson, Presidente da Associação do Bairro Marechal Gomes da Costa.”

Secretária da Junta, Maria João Nunes, cumprimentou todos os presentes. Informou que era, com muita honra, que representava a Sra. Presidente, Sofia Maia, não tendo o brilhantismo dela, mas tentaria fazer o melhor possível. Relativamente a estes pedidos da Associação do Bairro Marechal Gomes da Costa, esta Associação foi criada há pouco tempo e foi criada após reuniões com a Senhora Presidente da junta e com o apoio da Junta de Freguesia, que se chegou à conclusão que quando existe união, uma associação, uma organização das pessoas que vivem em determinados locais é mais fácil as pessoas unirem-se e lutarem pelos seus direitos. Em relação à grande parte dos assuntos que são aqui abordados, estes assuntos foram já transmitidos, diretamente, à junta que, entretanto, também tomou as suas diligências e também contactou, não só a Câmara Municipal na parte que tem a ver com assuntos da Câmara Municipal, mas também a própria polícia de segurança pública, que nos respondeu e por isso, (só para termos também uma ideia do que se passa) afirmou que as notificações dos assaltos são importantes e que não tinham praticamente notificações de assaltos ou muito poucas e dos acidentes exatamente o mesmo, porque se não forem notificados daquilo que se passa oficialmente, não se consegue provar aquilo que se passou. Da parte da junta, o que podemos afirmar é que se tem apoiado o mais possível a Associação e o que vão transmitindo e insistindo constantemente na resolução destes problemas.

Presidente da Assembleia de Freguesia, o ponto um destina-se ao público e associações. Só existiu a intervenção desta Associação, foi solicitado um esclarecimento ao executivo, para explicar justificar a mesma. Passou-se para a ata e depois para o período dos partidos políticos poderem intervir e tomarem alguma posição sobre esta situação. Foi colocada para discussão e aprovação a ata da Assembleia Freguesia de 29 de junho de 2020.

Ana Reynolds, PSD, cumprimentou todos os presentes e em relação a ata o português não está muito perceptível. Relativamente à segunda intervenção da ata, referia-se ao serviço nacional de saúde como SNS e está SMS, é um erro que não se deve manter e agradece a sua alteração.

António Alves, CDU, nesta sessão o camarada, Eng. Casimiro Calisto não está presente que justificasse a nossa posição quanto à votação das atas, por uma questão de princípio dado que elas não estão a ser feitas da melhor maneira. Mantenho essa posição, quero reforçar, mais uma vez, que a ata é um trabalho sempre difícil, mas porque a responsabilidade é sempre da Mesa da Assembleia de Freguesia de rever os erros, de rever a forma como a ata é redigida e, mais uma vez, está cheia de erros e só para citar dois exemplos, precisamente na intervenção da Senhora Presidente da Junta, Sofia Maia, na primeira intervenção quando ela se refere à intervenção da Junta em relação à pandemia, aos apoios que foram dados e aquilo que tiveram que fazer ainda por aprendizagem, no esforço inicial, por exemplo, quando diz que foram comprar os

equipamentos EPIS, está EPES. Existem outras situações em que a redação é feita nuns casos na primeira pessoa do singular, no mesmo parágrafo, e na terceira pessoa do singular, referentes à mesma pessoa e à forma como a pessoa intervém. Portanto eu vou-me abster e fazia mais uma vez o apelo para que a mesa se responsabilize por que este tipo de erros de português, uma palavra a mais desvirtua a frase. Obrigado.

Presidente da Assembleia de Freguesia, gostaria de dar uma justificação e poderá haver um erro ou outro que passe despercebido; quem lê a ata e pode ser o caso do SNS, do caso EPI, posso perfeitamente falhar nisso. Permita-me, no entanto, dizer que esta ata é traduzida integralmente conforme foi falado, a gravação é tradução automática. Desculpe discordar de si, é aquilo que lhe estou a dizer. Neste momento o sistema está feito desta forma e a única coisa que o sistema não faz é por a pontuação e, como é óbvio, às vezes uma ou outra palavra que não aparece como uma tradução e por isso aparece um erro. Não estou a dizer que não haja erros, mas quero dizer que tentamos ver aquelas críticas que nos têm sido feitas e tentamos desta forma mitigar, digamos assim, aquilo que possa ser dito. O sistema traduz aquilo que as pessoas dizem, como digo com estes pequenos defeitos e como é óbvio pode falhar nalguns casos, numa leitura feita mais rapidamente. São muitas folhas, e quem está a ler pode falhar; pois conforme a Dra. Ana Reynolds me informou, nomeadamente, nesta questão de o português fazer isso. Não tenho problemas nenhuns em fazer as correções que me digam, por isso é que as atas vão antes para as pessoas corrigirem. A ideia chave daquilo que é transcrito está feita.

Colocado a votação o ponto dois:

Contra – zero

Abstenções – 1 CDU

Favor – 13 (3 PS, 1 BE, 8 RM, 1 PSD)

Não votaram: 1 RM (José Barradas), 1 PS (Gustavo Coelho), 1 PSD (Teresa Osswald)

Passou-se ao ponto três; Apreciação e votação do regulamento de atribuição de apoio social “ATL para todos”, e foi colocado para discussão. Peço desculpa, tinha de ser antes da aprovação da ata. Desculpem, vamos então ao período antes da ordem do dia para os partidos políticos usarem da palavra.

Manuela Amorim, PS, cumprimentou todos os presentes. Espera que tenham tido algum tempo de repouso e de boa recuperação. Traz-me aqui um assunto em primeira mão que é a paragem do autocarro na rua Paulo da Gama, devido à construção daqueles edifícios. A paragem foi deslocalizada com a promessa que depois voltaria a ser uma paragem, com algum resguardo, com algum conforto, visto tratar-se de uma zona

extremamente ventosa e os moradores também serem já de bastante idade. Acontece que hoje nos deparamos com a paragem que continua realmente colocada num poste, mas desta vez já tinha os horários dos autocarros coisa que até aqui não tinha acontecido; a paragem estava muito pouco evidente e tanto assim que havia pessoas que perdiam o autocarro porque nem se apercebiam porque os automóveis paravam ali e as pessoas nem se apercebiam porque realmente os autocarros deslizam agora com tal suavidade, que não se dá conta do autocarro passar. Desta vez preocupa-nos as intempéries medonhas que ali se passam. Se puderem fazer alguma coisa, agradecemos muito. Queria também e, em consequência do que foi aqui dito e consta na última ata, somente, que me dissessem se já se deram alguns passos, e se já se conseguiu estabelecer algo no que diz respeito aos toxicodependentes que, realmente tem causado problemas bastante graves; e a situação quando o Senhor Presidente da Câmara esteve presente amainou um pouco, mas espalham-se de tal maneira e à aflição que tem estampada no rosto e a maneira como correm para aquela zona, a maneira como ali se deslocam, aquilo que fazem, além de ser um péssimo espetáculo para eles já sabemos o prejuízo que é, para os moradores e para quem ali passa; merece comentários realmente muito desagradáveis e é um assunto que pedia para não se esquecer e queria saber se realmente a sala de consumo vai abrir em outubro. Gostaria que me dissessem alguma coisa.

António Alves, CDU, vou expor aqui algumas questões relativas à nossa freguesia sei que não é a Junta de Freguesia que tem a plena responsabilidade de resolver estes problemas todos, mas que pode ajudar a encontrar soluções para esses problemas. O primeiro problema é relativo ao Miradouro da Capela de Santa Catarina, em tempos o meu Camarada Calisto, já tinha falado aqui e fizemos uma visita ao local com a Vereadora da CDU e com o Eng. Rui Sá. Na altura estava também aqui uma Associação ligada a esse problema e penso que toda a gente, e os membros do executivo ficaram sensibilizados para procurar ajudar, para que não se agravassem os problemas das edificações ali na zona, não só a Capela de valor histórico, como o próprio Miradouro, a visão que se tem do Miradouro. Na altura tinha sido aprovada uma edificação que subiu um pouco além do que está lá, do lado esquerdo, digamos que, não tapava e não tapa atualmente a vista para o rio, nem mesmo para a Ponte da Arrábida. Quase que não tapa nada, mas era uma construção do nosso ponto de vista, inadmissível, trata-se de uma capela já considerada de interesse público e não é monumento nacional porque está em apreciação. Pode-se procurar na internet, no site do governo, que se refere a isso; tem lá uma placa que remonta à construção daquilo no século XIV, tempo do Rei Dom João I. De qualquer maneira começou no início, em 1800, para no fim de século XVIII, início do século XIX, é uma capela barroca oitocentista que interessa preservar e neste momento tenho aqui até as fotografias que o Henrique Calisto me enviou além do pombal que está feito e é visível da marginal do Rio, que é um autêntico pombal, que está por cima da Capela. Agora está a ser edificado um com mais um andar ainda mais alto do que este. É uma situação que merece ponderação e nós pedíamos ao Executivo da Junta que se pudesse intervir e esclarecer esta situação e se possível impedir esta

construção. Uma questão que eu queria também aqui falar é a questão das obras aqui do Bairro do Bom Sucesso. Como é sabido houve uma reunião, consta de uma ata de uma reunião, em que a Câmara se propõe fazer obras e inclusivamente já tem um orçamento e que implica o pagamento por parte dos proprietários de uma verba elevada de catorze mil euros. Questiona-se se alguns desses proprietários, neste momento, estão a usar as habitações para uso social ou como alojamento local. Algumas habitações já foram vendidas, mas o problema parece não ser esse. A Câmara, no tempo do Dr. Rui Rio, vendeu algumas parcelas, alguns apartamentos do bairro, contrariando uma decisão da própria Câmara, que disse na altura que só seria vendido se houvesse mais de metade dos inquilinos que as quisessem comprar, ou seja, a decisão da câmara era vender mais de metade, mas isso não foi feito e a Câmara ficou mesmo assim como senhorio maioritário mas não criou o condomínio. Se tivesse criado o condomínio na altura, hoje o fundo de reserva certamente já poderia pelo menos ter uma grande parte das despesas dos proprietários. É preciso encontrar uma solução e julgamos que a Junta deve intervir neste sentido, no sentido de se criar um condomínio. Tem de ser a Câmara a criar o condomínio e a começar a fazer as reservas devidas, mas isso não resolve o problema das obras que têm que ser feitas e a maioria dos moradores estão carentes dessa necessidade de obras de restauração do bairro e pode haver soluções com empréstimos para aliviar de alguma maneira o pagamento por parte desses proprietários. Pode haver recursos da própria Câmara do Porto e já estão a ser consideradas algumas alternativas de recurso a fundos públicos também para ajudar nas despesas das obras, mas é preciso encontrar uma solução para a resolução do problema e para não se adiar ainda mais pois já há vinte anos que não se fazem ali obras. Umhas notas mais curtas, em relação ao Bairro Social da Arrábida e ao Bairro Sidónio Pais: alguns problemas que ali subsistem no Bairro Social da Arrábida, que como sabemos está incluído no projeto Rua Direita, nunca mais começam as obras e era necessário fazer a recuperação das casas devolutas que pertencem à Câmara Municipal do Porto, que estão abandonadas, é preciso fazer o arranjo dos arruamentos, as limpezas das ervas do chão, nem se fala em jardins, mas fazer as limpezas necessárias e não deixar aquilo ao abandono, como está atualmente. Outra questão, que também ponho à consideração do executivo, é em relação à bomba de gasolina no parque estacionamento do Campo Alegre: se está a ser considerado o estrangulamento que vai haver ali na rua do Gólgota pois já neste momento a rua é estreita e quando se entra para ir para a autoestrada está estrangulada nas horas de ponta. Com a bomba de gasolina, os carros ao saírem por ali ainda vão agravar mais este problema. Em relação ao outro problema que é o cemitério, pergunto quando está previsto o concurso porque como é sabido, as pessoas que têm a concessão do espaço comercial, que concorreram para este espaço, daquele senhor que vive de uma pensão miserável e que foi arrumado porque os membros da família têm essa concessão. Concorreram vários para ele no sorteio, se ficar de fora, o que é certo, é que não tomam conta daquilo, eles não estão a ocupar aquele espaço; ocuparam formalmente mas não utilizam aquilo já desde 2018, segundo informação que temos é que teria de haver novo concurso e por outro lado a concessão do espaço comercial, a renda também já não é atualizada desde 2009. Era preciso também rever esta situação. Por fim ,eu também queria perguntar se em relação

ao espaço do Bairro do Aleixo se já têm alguma informação; qual vai ser o futuro para aquele local e independentemente disso, era importante dentro de uma política de trabalhos de degradação naquela zona arranjar a iluminação e os arruamentos que fazem a ligação da marginal ao Campo Alegre.

Susana Constante, BE, algumas notas da minha parte: a primeira era fazer o repto para que numa próxima Assembleia ou até a próxima Assembleia se procure, pelo menos, explorar e perceber quais são as condições técnicas necessárias para se poder fazer a transmissão da Assembleia por vídeo streaming . Efetivamente esta legislação que saiu recentemente torna de forma contundente, claro, que o acesso aos conteúdos destas Assembleias devem ser garantidos às pessoas, bem como uma possibilidade de participação que não se esgota na participação presencial, mesmo porque algumas das pessoas podem fazer parte de grupos de risco e portanto nem sequer podem fisicamente deslocar-se ao espaço e portanto a legislação preconiza esses meios audiovisuais para o efeito.

Sr. Presidente no início explicava que vai ser feito a gravação e que a gravação áudio vai ser disponibilizada no site; foi o que eu entendi, pedia que isto fosse explicado porque, para todos os efeitos, estamos todos a acompanhar o que está a sair na lei, mas a ritmo acelerado e esta é a primeira Assembleia ao abrigo desta nova legislação; com esta nova medida se calhar era bom todos podermos ter percebido um bocadinho melhor como é que isto vai funcionar. Mas dizia que procurar então garantir condições de transmissão audiovisual e não só o áudio porque podemos perceber que qualquer freguês ou freguesa estar a ouvir só, ou estar a assistir à transmissão ou ao vídeo da sessão é diferente e com as tecnologias, que atualmente existem, julgo que não será algo que vá agravar significativamente o orçamento da junta. Faço também uma nota de que, no entender do Bloco de Esquerda esta sessão pela sua natureza, e aquilo que esteve na base da sua convocação, que já tínhamos pedido na assembleia anterior, era a necessidade de o fazer por causa deste regulamento que precisávamos que fosse aprovado o quanto antes era tendo em conta os timings todos que discutimos e muito bem. Ela na verdade na sua natureza é mais uma sessão extraordinária do que de sessão ordinária e inclusive quando foi feito o contacto por parte do Sr. Presidente, eu pessoalmente não fiquei com a noção clara e só quando recebi a convocatória e já não há nada a fazer nem que fosse a sugestão e que não fosse ordinária, mas sim extraordinária. Portanto, mesmo quando fomos contactados e nos disseram que era só um ponto e talvez acabasse mais depressa, acho que num dia trinta e um de agosto, num fim de agosto, em que todos sabemos que estamos de férias, mesmo a Senhora Presidente da Junta não pode juntar-se à Assembleia de Freguesia na legitimidade das suas questões pessoais. Enfim, é uma data que sabemos todos que é complicada, é complicado exercermos as obrigações para as quais fomos eleitos, nesta assembleia de Freguesia, nomeadamente trazer propostas e usarmos este tempo para discutirmos, debatermos e construirmos em prol da freguesia. Portanto, era fazer esta nota de que esta Assembleia de Freguesia devia ser extraordinária e não ser ordinária. Digamos

assim, no meu entender, aquilo que é o espírito deste espaço democrático. Pedia, por favor, que o documento, que o e-mail, a missiva que nos foi enviada desta nova Associação, fosse partilhada com todos os grupos políticos ou pelo menos com o Bloco de Esquerda e se pudesse ser enviada por e-mail agradecia. Queria fazer uma sugestão/pedido ao Sr. Presidente que acolherá como entender, que é o período antes da ordem do dia não consta da convocatória como um ponto, porque efetivamente não é um dos pontos da ordem do dia e isto induz em erro; pelo menos fiquei com algumas dúvidas e já da outra vez fiz este pedido de que este ponto não tem que existir na convocatória numa assembleia ordinária. Sabe-se que ele existe, ponto. Sobre a questão das salas de consumo, uma das questões é só lembrar que em trinta e um julho a 30 de julho do ano passado realizou-se uma reunião para discutir, para analisar a situação, fruto do desmantelamento do bairro do Aleixo no que toca ao tráfico de drogas, consumo de droga, em reunião que já discutimos nesta Assembleia. Esta reunião acabou por seguir um preceito regimental da Assembleia mas ela na verdade surgiu no seguimento de um pedido de reunião do Bloco Esquerda à Junta de Freguesia, ao Executivo da Junta de Freguesia, sugerindo que o mesmo organizasse esta reunião e entenderam que sendo o Bloco Esquerda, Grupo Político da Assembleia Freguesia e por via da assembleia de freguesia, e assim foi, tanto que fizemos o pedido ao Sr. Presidente e a reunião realizou-se nos termos em que o discutimos. Dessa reunião, além da presença de várias Entidades com trabalho no terreno neste âmbito, tiveram as forças políticas e a única coisa que se conseguiu, e desculpem formular desta forma, saiu desta reunião como uma deliberação, uma decisão, algo a fazer de forma consequente, foi a realização de uma sessão de esclarecimento um mês a seguir, não seria em agosto mas a seguir. Passou um ano e esta sessão de esclarecimento não aconteceu, inclusive trouxemos, o Bloco Esquerda trouxe a esta Assembleia duas propostas, numas assembleias depois, não consigo precisar a data, sobre esta questão da política Integrada para a dependência na Cidade e na Freguesia, a proposta que incluía a realização da sessão. Foi aprovada nas sessões, ainda não aconteceu precisamente por este tipo de questão que é levantada por esta associação e é legítimo que tenham as preocupações, eu acho que este é o momento e agora dirijo-me ao Executivo, não na pessoa da Senhora Presidente, mas da sua representante, que vamos fazer acontecer esta sessão inclusive, diria eu que o Executivo junto das entidades fortes, junto da Câmara Municipal para que venha esclarecer como é que vai funcionar, como vai ser de facto aqui no território de Lordelo do Ouro pois não sabemos nada nesta altura e a população não sabe nada de organizações de terreno. Tanto quanto eu sei não estão também informadas enfim as forças políticas. Façamos esta sessão de esclarecimento ou então chegamos à conclusão que ainda não temos dados para esclarecer e informasse essas pessoas também que a situação é essa, mas a Junta tomou esse compromisso, vamos cumprir, por favor.

Presidente da Assembleia de Freguesia, informa a Assembleia de Freguesia que o Dr. Gustavo Coelho está presente para substituir a Dra. Paula Roseira.

Secretária da Junta, Maria João Nunes, mais uma vez eu vou ser muito rápida nas respostas que eu acho que a maior parte destas questões que foram postas tem que ser de alguma forma aprofundadas através da nossa ação, ou explicar aquilo que foi feito, mas que se calhar obriga-nos a mais algum aprofundamento que não será aqui. Relativamente, à intervenção do Partido Socialista vamos contactar, mais uma vez, o STCP e, mais uma vez, insistir que é necessário ter ali uma paragem de autocarro que proteja as pessoas que ali estão. Nós sabemos que a maior parte das pessoas que se deslocam em transportes públicos e sobretudo autocarro são pessoas maioritariamente, idosos ou crianças e mesmo que não fossem devem ter as melhores condições, enquanto estão à espera do autocarro e também sabemos que aquela zona é uma zona exposta em termos de intempéries, pelo que vamos insistir junto da STCP. Juntando um bocadinho a resposta em relação aos toxicodependentes com a Dra. Susana, nós sabemos que a Câmara está a ultimar os seus preparativos para a instalação das salas de consumo assistido e estamos, realmente, à espera que haja uma apresentação, mais detalhada daquilo que vai acontecer, para podermos depois também esclarecer de outra forma. Em relação às questões da CDU, e em relação ao Miradouro, nós tivemos desde o primeiro momento preocupados com o assunto e a insistir junto da Câmara Municipal e aliás numa reunião; depois o meu colega, Luís Grabulho pode detalhar um pouco mais essa reunião. Quanto às obras no Bairro do Bom Sucesso elas estão realmente atrasadas um bocadinho, porque está a ser procurada uma solução que não prejudique ninguém e que possa ajudar. Aquele bairro necessita e com urgência que sejam feitas obras e temos também efetuado diligências em relação ao Bairro Social da Arrábida. Entretanto, solicito ao meu colega Luís Grabulho que no detalhe sobre a Capela de Santa Catarina.

Tesoureiro da Junta, Luís Grabulho. Em relação ao Miradouro de Santa Catarina, acompanhamos o desenrolar das obras que se tem verificado e desloquei-me várias vezes ao local com a Sra. Presidente e questionamos a Câmara Municipal do Porto sobre as obras que estavam ali a ser feitas. A última obra, como o Sr. Alves disse, tem um impacto bastante maior quando nos apercebemos de uma escada ao nível do telhado. De imediato pedimos uma reunião a Câmara Municipal do Porto e o que nos foi explicado é que o projeto cumpre o PDM e o que está ali feito, é aquilo que o Arquiteto entendeu e a Câmara não pode aplicar ali regras de discutir o gosto do arquiteto e o que nos dizem é que a obra cumpre todos os requisitos legais e o processo do Miradouro de Santa Catarina da classificação ainda não está concluído e como ainda não está concluído, aquela área não está protegida. Mas há uma preocupação em que esse processo se conclua, o mais rapidamente possível, e estará a obra efetivamente protegida. Aquelas duas edificações que lá estão, olha-se para elas, uns podem gostar outros podem não gostar, eu tenho uma opinião pessoal sobre isso agora opinião pessoal não se pode sobrepor aquilo que, efetivamente, são os regulamentos e que está na lei e a Câmara não pode aplicar uma política de gosto ou cumpre ou não cumpre os requisitos e ali é um bocado complicado de facto quer uma obra, quer outra têm

impacto visual significativo e a Câmara Municipal do Porto que ambas cumprem os requisitos legais.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Dra. Susana peço desculpa de lhe fazer aqui uma correção, a Lei nº 28 de 2020, não estipula de facto prazo de 24 horas e eu estava com ideia e tínhamos estado a discutir que tínhamos muitas capacidades para o fazer e pôr isto em 24 horas disponível. A Lei no ponto 2 do artigo 3º diz que as reuniões de realização pública obrigatória devem ser objeto de gravação e colocação no sítio eletrónico da autarquia, podendo ainda ser transmitidas em direto pela Internet ou outro canal de comunicação que assegure a sua publicidade, se a autarquia dispuser de meios para o efeito. Ponto três, nas reuniões realizadas por videoconferência ou quando existam limitações à lotação da sala, a autarquia deve assegurar condições para a intervenção do público, prevista nos nº. 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente através da possibilidade de: a) Envio pelos cidadãos eleitores aos serviços de apoio aos órgãos da autarquia, nos termos a definir por estes, da comunicação previamente gravada que pretendem realizar na reunião; b) Disponibilização de meios para gravação prévia nas instalações da autarquia ou para acesso em direto em videoconferência através dos meios da autarquia, quando os cidadãos eleitores não disponham de meios próprios para o efeito, com respeito pelas regras de distanciamento social e demais orientações da Direção-Geral da Saúde (DGS) em vigor; c) Acesso a credencial para intervenção na reunião aos cidadãos que se inscreverem para o efeito. Isto é uma coisa para as autarquias que é adaptada, como é óbvio para as Assembleias de Freguesia, mas os meios são muitas vezes diferentes dos das Câmaras, mas está previsto vinte e quatro horas. Se mais ninguém quiser usar da palavra podemos voltar para parte normal dos trabalhos que é, apreciação e votação do regulamento de atribuição de apoio social ATL para Todos.

Cláudia Costa, RM. A razão primordial, como disse a Dra. Susana Constante, porque estamos aqui hoje é exatamente por causa deste ponto que vamos votar agora. Gostaria de dizer umas palavras relativamente ao documento e relativamente à gênese do mesmo. Como é óbvio e como creio que estaremos todos de acordo trata-se de uma mais-valia importante para as crianças que residem aqui na Freguesia e propicia a possibilidade de frequência de ATL de um número alargado de crianças e nesta altura em que todos nós nos interrogamos como é que alguns pais conseguem estar a trabalhar com crianças em casa e em que a ocupação dos tempos livres das crianças é efetivamente uma preocupação e uma prioridade como deveria ser sempre. Penso que este regulamento, a aprovação deste documento, é na realidade uma mais valia e digamos creio que todos nós vimos o documento em consulta pública; todos nós nos podemos pronunciar sobre ele e no meu ponto de vista eu tenho de me congratular pois sei que é um documento que traz um benefício único que existe aqui nesta Freguesia. Como é óbvio votamos a favor do mesmo, mas não queria deixar, efetivamente, de dizer

umas palavras sobre o mérito efetivo concretamente, neste tempo de COVID, este documento que nos faz estar aqui no dia trinta e um de agosto, presumo que com sacrifício pessoal de todos.

Susana Constante, BE- Começou por saudar o Executivo pela forma como conduziu este processo na parte que toca ao envolvimento das forças políticas desta assembleia foi um processo participado pessoalmente e digo pessoalmente porque sou membro único do Bloco de Esquerda nesta Assembleia mas o Bloco de Esquerda teve a oportunidade inclusive, não tendo podido estar presencialmente na sessão da data marcada inicialmente, podemos estar não em videoconferência, mas em chamada telefónica com alta voz e tudo mais para poder discutir o documento em que tivemos um bom tempo de discussão em torno dele e portanto, é isto em tempo de COVID, vamos nos ajustando e parece-me que efetivamente foi um processo cuidado do ponto de vista de integrar aquilo que eram as preocupações das forças políticas aqui presentes. Fazer também nota de que esta saudação é efetivamente extensível a esta Assembleia. O tratamento que estamos todos a fazer é um esforço para estar aqui hoje para garantir, como nos era dito na última Assembleia em que estivemos reunidos, que este regulamento era aprovado a tempo de as famílias poderem beneficiar deste recurso tão importante naquilo que diz respeito às respostas às famílias que são tão importantes em qualquer altura e em tempo de COVID ainda mais. Lembrar ainda que e, tal como tivemos oportunidade de discutir na reunião que tivemos, este é um documento digamos um regulamento 2.0, porque ele vai no seguimento de um programa / de um regulamento que tem cerca de um ano e que foi uma primeira experiência, como na altura foi chamado e em relação ao qual lembrar-se-ão, que o Bloco apresentou uma série de reservas, nomeadamente no que dizia respeito à garantia ou não, o nosso entender, não estava garantido, uma equidade do ponto de vista da possibilidade de acesso de famílias para lá das famílias que estavam naquelas escolas onde havia Associação de Pais e o ATL aquelas escolas que eram beneficiárias entre aspas do regulamento em causa, mas também do ponto de vista, em última análise, daquilo que eram as respostas existentes, no território, que não estavam todas elas a poder ser oferta de resposta a família, porque o regulamento em causa cingia-se através daquelas escolas. O acordo com a associação de pais que envolvia inclusive tivemos a oportunidade de perceber que apenas uma entidade que prestava este serviço, entidade essa, inclusive é privada em que nós tivemos oportunidade de altura de manifestar esta preocupação. Portanto, congratulamo-nos, evidentemente, com o facto de passar decorrido um ano, certamente com base na experiência decorrida, mas queremos querer também que acolhendo aquilo que nós, as preocupações do Bloco Esquerda que haja uma alteração a este programa que permite de facto com limitações e também falamos das limitações que ele tem, mas que permite abranger, uma maior abrangência, do ponto de vista das potenciais famílias que poderão recorrer ao programa. Quando falo de limitações falamos naturalmente de questões, que na reunião que tivemos, nos preocuparam de igual forma que tem a ver com questões orçamentais e com capacidade financeira que permitirá apoiar tantas mais famílias quanto maior for essa capacidade e neste

momento tivemos na assembleia anterior a ver revisão de contas que já prevê um reforço que tem a ver com este programa, enfim isto tudo está previsto, mas ainda assim um reforço que sabemos sobretudo em tempo de COVID e na crise que estamos a passar, não corresponderá ao todo da necessidade das famílias da freguesia. Terminaria com duas notas, a primeira dizer que tanto quanto nos é dado a perceber esta é de facto uma iniciativa específica na cidade do Porto do ponto de vista daquilo que são as respostas ao nível de Juntas de Freguesia. O Bloco de Esquerda defende e desde sempre defendeu nas últimas eleições autárquicas, continuamos a defender, não só no Porto mas no Porto também uma rede pública de respostas educativas e de respostas às famílias, este é um exemplo não de uma rede pública porque estas entidades não são entidades públicas enquanto tal, não estão sobre a tutela da autarquia, mas está próxima de uma resposta pública de apoio às famílias para que possa haver o acesso a estas medidas. No entender do Bloco de Esquerda isto tem que começar ao nível das creches, fica desde já o repto para que a versão 3.0, possa eventualmente integrar apoio às famílias para este nível também porque sabemos que a rede pública não responde as famílias todas e muitas famílias têm crianças na primeira infância em entidades como estas que tem os ATLS, enfim, mas efetivamente este é um passo importante e que gostaríamos de ver não só noutras freguesias como eventualmente com, vamos dizer o apoio, se não mesmo eventualmente a certo ponto a tutela do próprio Município porque efetivamente haver uma afetação orçamental para uma resposta desta natureza às famílias poderá garantir como está a acontecer com limitações em Lordelo do Ouro e Massarelos, melhores condições para estas crianças, melhores condições para estas famílias, melhores condições de educação integrada e integral para todos e para todas.

António Alves, CDU, vou ser o mais breve possível e sublinhar também o apoio da CDU a este regulamento. Vamos votar a favor e gostava de salientar para explicitar melhor a nossa posição que desde o início votamos a favor, apesar de começar bem, temos ideias claras de atribuição de funções públicas destas matérias e temos algumas reservas em relação à solução encontrada dos protocolos com as Associações de Pais porque eles podem fazer alguma gestão privada dos dinheiros que são públicos. Face aos cortes que têm havido nos ATLS por parte destes governos e dos anteriores, cortes da segurança social, esta atitude do executivo da Junta e da Assembleia de Freguesia de aprovar, é manifestamente positivo e é de apoiar e merece o nosso aplauso. Gostaria de salientar que conforme, neste regulamento que vamos agora votar, visa de alguma maneira garantir a atribuição deste apoio financeiro às famílias de acordo com as suas carências, com os seus rendimentos, que também é bastante positivo. Mas é necessário que a Junta não se demita das suas responsabilidades até tendo em conta esses protocolos de fiscalizar, de estar sempre em cima do problema, desde a inscrição das pessoas até a seleção e depois ao uso do que fazem do dinheiro é importante haver uma fiscalização permanente por parte da junta de freguesia sem se demitir das responsabilidades.

Marco Leitão, PS, não tive muito tempo para analisar este documento e fiquei com algumas dúvidas. O documento foi enviado na sexta-feira. Quando é que o prazo da consulta pública acabava?

Presidente da Assembleia de Freguesia, não se podia por causa de haver algum pedido de alteração e esteve disponível durante trinta dias. Só depois de acabar o prazo é que ele podia ser enviado. Foi na quinta-feira, se não estou em erro. Não sei se foi na quinta ou na quarta que acabou, para que acabassem os prazos de trinta dias de consulta pública.

Marco Leitão, PS, este regulamento esteve em consulta pública e, portanto, o objetivo era, se houvesse interessados, eles poderem fazer sugestões. A minha primeira pergunta, é saber se houve alguma sugestão? E este regulamento, se eu também percebi bem, é para aplicar o protocolo que já foi aprovado anteriormente, ou não? Se calhar foi uma leitura um bocado apressada da minha parte, mas já foi aprovado um protocolo aqui na Assembleia Freguesia, que tinha a ver a ver com os ATLS e a Associação de Pais, certo? E já acabou este protocolo? Muito bem, a minha dúvida foi pelo nome, pois como o outro chamava-se protocolo, e este regulamento, fiquei com dúvidas por causa disso. Fico a perceber melhor o documento, pois quem lê isto fica com alguma dificuldade em perceber o contexto. Portanto, não houve nenhuma sugestão, no âmbito da consulta pública. O documento ficou tal como estava, nesta fase. Por isso, acompanho então as intervenções anteriores e penso que os restantes membros do Partido Socialista também acompanham. Houve uma evolução por terem sido acolhidas sugestões dos Partidos Políticos, na fase anterior, e isso é bom. Pudemos dar, de alguma forma, o nosso contributo, a bem da Freguesia e a bem dos fregueses e penso que é uma solução melhor que a anterior.

Presidente da Assembleia de Freguesia, só completar uma questão e espero que me corrija se eu estiver errado. Este período de trinta dias é um período público, antes houve as sugestões que foram apresentados pelos partidos que contribuíram. Só depois toda a gente contribuir é que passou para discussão pública. Obrigado.

Manuela Amorim, PS, queria somente aqui recordar uma coisa, para chegarmos ao ponto que chegamos agora eu queria lembrar o muito que se trabalhou durante muitos anos. Para chegarmos aqui que é realmente um passo enorme, no que diz respeito à educação, não queria deixar esquecer e também não queria deixar de frisar o enorme contributo que vários Ministros da Educação, do Partido Socialista, fizeram, deram e posso afirmar. Posso prová-lo que foram imensas as ações de formação, foram inúmeros os debates, foram inúmeras as oportunidades oferecidas para a formação, até nós todos entendermos e quando digo todos, refiro-me a todos nós que aqui estamos que a

educação não é responsabilidade de pais, de um governo. A educação é da responsabilidade absoluta de uma comunidade que tem a seu cargo. Deve também ser disponível para a educação das crianças, da comunidade e só e se forem estudar os inúmeros projetos e os inúmeros documentos que foram saindo a dizer que entre os pais, o professor, as escolas e os alunos deve haver uma interação constante em que estejam presentes vários membros destes grupos para se entender. A educação não é algo isolado, é algo que surge do esforço e da concorrência de muitos de nós, portanto não direi que foi só do Partido Socialista, mas posso-vos assegurar que houve imenso esforço da parte do Ministério da Educação, quando da responsabilidade do Partido Socialista, para que a educação em Portugal avançasse no espaço verdadeiramente democrático e que propiciasse a todos quase sem exceção, o acesso a este enorme direito, ao maior direito, posso eu dizer, depois da liberdade que alguém pode aspirar, a educação.

Ana Reynolds, PSD, para acrescentar às palavras que os anteriores intervenientes proferiram, além de evidente que o PSD irá votar a favor, como é natural, queria felicitar a junta por esta iniciativa da qual muito nos orgulhamos e uma vez que toda a ajuda que seja às famílias para lhes proporcionar, facilitar mais a vida, para poderem trabalhar porque ter crianças em casa de facto é mais complicado, trabalhar e muita gente irá continuar em teletrabalho e também será certamente uma ajuda para facilitar o aumento da natalidade, porque de facto é um assunto que já foi abordado pelo PSD. O aumento da natalidade evidentemente que é uma pequena medida, mas que dará o seu contributo, mas o que é certo é que se houver várias pequenas medidas, como esta, ao longo do país, como já foi dito, anteriormente, as coisas poderão melhorar. Não é fácil para as famílias terem filhos hoje em dia e de facto muito mais difícil se torna quando temos de trabalhar em casa. Portanto, o nosso sentido de voto é favorável.

Presidente da Assembleia de Freguesia, coloca a votação o ponto três.

Colocado a votação o ponto três:

Contra – zero

Abstenções – zero

Favor – 17 (4 PS, 1 BE, 9 RM, 2 PSD; 1 CDU)

Aprovado por unanimidade.

Vamos passar ao ponto quatro “Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e do N.º 2 do artigo 9.º da Lei 75 2013 12 de setembro relativa aos meses de junho e julho de 2020”.

Secretária da Junta, Maria João Nunes, antes de tudo gostava de dizer que tenho a certeza absoluta que a Sra. Presidente gostaria imenso de ter estado neste momento aqui nesta Assembleia com a votação por unanimidade deste regulamento. Este regulamento foi uma ambição deste Executivo mas sobretudo encabeçado por ela, toda a vida o quis fazer, dar um apoio, mais apoio às crianças, penso que independentemente da cor política das pessoas que estão aqui, sabem qual é a preocupação dela em relação às crianças, em relação aos idosos e este dia, eu acho, que é um dia muito importante. Quando à Dra. Susana, disse que nós éramos a primeira Freguesia a implementar um programa destes, eu confesso que senti um orgulho, um bocadinho diferente e assim uma certa emoção. Nós trabalhamos tantas vezes no terreno, tantas vezes a fazer tanta coisa que não nos apercebemos que às vezes podemos ser inovadores neste tipo de atitudes, na criação de um novo regulamento, que foi discutido por nós, foi falado, muito falado, foi uma evolução constante. Chama-se 2.1, eu acho que isto é um trabalho em progresso, foi um projeto piloto, foi feito o ano passado e como nós dissemos desde o princípio que seria um projeto-piloto. Esperamos que este esteja mais aperfeiçoado, provavelmente para o ano quando analisarmos o regulamento, se calhar vamos colocar outras alterações, vão ser propostas outras alterações. Mas gostava de dizer para nós hoje é um dia histórico, é um marco histórico e eu não podia deixar de fazer aqui uma homenagem à Sra. Presidente porque ela lutou durante muito tempo por esta solução. Gostava agora de fazer aqui uma pequena abordagem da atividade entre junho e julho da Junta de Freguesia, só para realçar que apesar de nós estarmos numa situação diferente, nós não termos propriamente uma normalidade imposta e confesso, peço muita desculpa, mas esta palavra nova normalizada, é um absurdo, porque de normal não tem nada, podemos chamar uma nova situação, normalidade não. Mas tentamos apesar de tudo continuar a dar algum apoio a quem estamos a apoiar e se não conseguíamos fazer da forma como fazíamos antes, fazemos de outras formas. Foi o que aconteceu com a celebração do dia da criança, por exemplo, que foi feito de uma forma inovadora, como o S. João porque nós achamos que sobretudo, para a população sénior este tipo de festas comunitárias são muito importantes e, por isso, era importante dar-lhes algum sinal que nós não nos esquecemos deles nestas alturas e com todas as atividades que foram sendo feitas de alguma maneira com eles e gostaríamos aqui de aproveitar para agradecer a todas as entidades que nos foram apoiando e que nos têm apoiado e que são muito importantes. Tentar dizer também que nós, em termos de trabalho com a Câmara, continuamos a trabalhar de uma forma possível, digamos assim, mas que continuam a existir os programas camarários importantíssimos, em termos sobretudo sociais que continuamos a ter um gabinete de Ação Social a trabalhar a 100% e a trabalhar ativamente. Continuamos a apoiar as famílias carenciadas, continuamos a distribuir refeições, continuamos a comunicar com toda a gente que precisa de falar conosco Gabinete de Mediação, Gabinete de Psicologia continuam ativos, dentro de outras formas de trabalho, agora também já presencial mas de outra forma e se analisarem aqui as últimas páginas vão ver os nossos pedidos de intervenção à Câmara não pararam. Isto é, continuamos ativamente a chamar atenção de tudo o que se tem passado e tudo aquilo que achamos que tem que ser resolvido.

Susana Constante Pereira, BE, para aproveitar este ponto para reforçar o que tentei dizer há pouco que fiquei com receio de não ter sido clara, porque é que dizia que esta sessão não devia ser ordinária e sim extraordinária. Este é um exemplo porque estamos num ponto de informação trimestral neste caso, estamos a falar de junho, julho, enfim, outra vez, em face das circunstâncias que estamos a viver que tem informação muito importante inclusive, corrijam-me se estou em erro, mas a forma como as contas estão apresentadas está diferente do que vinha sendo apresentadas até aqui; parece-me estar mais traduzido de uma forma visual, gráfica. Mas lá está se vinha alguma informação recebida e os contactos anteriores à realização da Assembleia não nos permitiram dado a data em que ela acontece, apreciarmos essa informação que é de facto Informação importante que descreve isto mesmo que era dito daquilo que são os pedidos de intervenção das pessoas à Junta e que a Junta encaminhou para a Câmara. Enfim toda esta informação acaba por não ter atenção que deve ter e, portanto, no fundo para tornar claro, é dizer que a Lei logo que saiu em março que prorrogou o prazo no âmbito do qual as assembleias ordinárias que poderiam realizar-se e nós todos sabemos havia uma em abril que não aconteceu e havia uma em junho. Há quatro por ano, haveria uma em abril que não aconteceu e haveria uma em junho a de abril aconteceu no fundo em junho, a questão é, esta queima entre aspas, uma das quatro, mas não devia. Eu estou a manifestar a minha opinião no meu tempo de intervenção e vou acabar a minha intervenção relativamente a ela portanto era isso que eu queria dizer quando dizia que achava que tendo em conta o tema da Assembleia, o assunto da Assembleia o ponto específico que queríamos discutir e a data em que ela acontece, porque houve outras freguesias que fizeram a quarta ou a tal que não podia deixar de haver com o outro "time" e noutras datas. Nós estamos a fazer a trinta e um de agosto exatamente após um período de férias e quando eu só estou a dizer que estou a tentar clarificar é porque eu dizia que esta devia ser extraordinária e poderíamos encaixar uma ordinária. Enfim tínhamos que arranjar forma de o fazer no sentido de não desprezar o tempo e a oportunidade que este espaço, outra vez suporte democrático, nos garante, sobretudo quando estamos a falar de informações como esta e da possibilidade das forças políticas apresentarem propostas e tudo mais daquilo que temos falado.

Presidente da Assembleia de Freguesia, fui avisando, precisamente para que as pessoas possam marcar na agenda, em princípio estará previsto o agendamento para o dia 29 de setembro. Ficam as pessoas já avisados e o Eng. Casimiro Calisto, já tinha falado com ele, falamos por causa desta Assembleia e também por isso já tinha avisado desta data, mas caso haja alguma dúvida já fica e em princípio, eu digo, em princípio para vinte e nove de setembro.

Cláudia Costa, RM, para dizer que nesta informação que nos chegou, verifica-se efetivamente uma diferença substancial relativamente às informações dos anos anteriores e a preocupação daquilo que normalmente seria o mês de junho de festa e de algum interesse para o Porto e para as freguesias e o mês em que a nossa Junta de

ATAS

Freguesia concretamente participava ativamente na cidade, eu não posso deixar de manifestar, digamos a noção dessa ausência neste boletim devido à situação toda porque se tem passado e efetivamente, a demonstração de que houve uma preocupação de conseguir ainda assim e pese embora esta situação, estou com a Dr^a Maria João normalidade, é um absurdo total apesar de tudo isto, a Junta conseguiu de alguma forma acompanhar os fregueses e dar-lhes alguma noção de final de ano às nossas crianças, São João aos idosos, etc. Gostaria de dizer também que este boletim tem uma informação muito relevante que é efetivamente a passagem por parte da Junta de Freguesia das reclamações que lhe são feitas e que não têm a ver com a junta ou que a Junta não pode resolver; termos aqui a demonstração que, efetivamente, a junta faz o que pode e faz seguir o que recebe. Portanto, gostaria de parabenizar este executivo pelo boletim específico, por causa desta questão que acho que é importante e dizer que esta alteração, é no nosso ponto de vista, muito positiva e que gostaríamos que continuasse a ser incluída porque nos demonstra, efetivamente, um trabalho da Junta que é importante. Ou seja, poderemos dizer aos fregueses o que é feito e que aqui está espelhado.

Secretária da Junta, uma informação muito rápida que já não tem a ver com o resto. Era só para convidar toda a gente, (depois vão receber um convite formal), para a Gala do Fado. Nós decidimos, porque não tivemos concurso de fado este ano, vamos fazer uma gala de fado com os vencedores das outras edições e vai-se realizar no dia 12 de setembro no Teatro Campo Alegre. Desde já ficam todos, informalmente, convidados e depois receberão o convite.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão tendo sido lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Maria João Machado de Sá Almeida e Silva
Carla Chaves
Alfonso Ribeiro de S. Eça